



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEÇÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

Proteção social e redução de vulnerabilidade: um olhar na redução de desigualdades socioeconômicas em Moçambique

Recebido em: 20/06/2023
Aceito para publicação: 23/08/2023

Heliadora Otília Eugênio Lucas Neuana¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2023.v15i2.18187>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo examinar a relação entre proteção social, redução de vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas em Moçambique, buscando entender como políticas e programas sociais contribuem para a diminuição dessas disparidades e promover um ambiente mais equitativo e inclusivo. Na revisão da literatura realizada, foram identificadas algumas percepções que permitem contribuir para a redução das desigualdades, dos quais se destacam: (1) garantir acesso à educação de qualidade; (2) expandir os serviços de saúde; (3) criar políticas que fortaleçam o setor agrícola; (4) promover o investimento em infraestruturas sociais que permitam a erradicação do trabalho infantil, a promoção de gênero, o empoderamento das mulheres e o respeito aos direitos humanos. A implementação dessas estratégias depende de ações coordenadas entre diferentes esferas da sociedade, nomeadamente o compromisso político e parcerias efetivas.

Palavras-Chave: Proteção Social; Segurança; Vulnerabilidade; Intervenção

ABSTRACT

Social protection and vulnerability reduction: examining the reduction of socioeconomic inequalities in mozambique.

This article aims to examine the relationship between social protection, vulnerability reduction, and socioeconomic inequalities in Mozambique, seeking to understand how social policies and programs contribute to reducing these disparities and promoting a more equitable and inclusive environment. In the literature review conducted, several insights were identified that can contribute to inequality reduction, among which stand out: (1) ensuring access to quality education; (2) expanding healthcare services; (3) creating policies that strengthen the agricultural sector; (4) promoting investment in social infrastructure that allows for the eradication of child labor, gender promotion, women's empowerment, and respect for human rights. The implementation of these strategies relies on coordinated actions among different spheres of society, including political commitment and effective partnerships.

Keywords: Social; Protection; Security; Vulnerability; Intervention.

RESUMEN

Protección social y reducción de vulnerabilidad: una perspectiva sobre la disminución de las desigualdades socioeconómicas en mozambique.

Este artículo tiene como objetivo examinar la relación entre la protección social, la reducción de la vulnerabilidad y las desigualdades socioeconómicas en Mozambique, buscando comprender cómo las políticas y programas sociales contribuyen a reducir estas disparidades y promover un entorno más equitativo e inclusivo. En la revisión de la literatura realizada, se identificaron varias perspectivas que pueden contribuir a la reducción de la desigualdad, entre las que destacan: (1) asegurar el acceso a una educación de calidad; (2) ampliar los servicios de salud; (3) crear políticas que fortalezcan el sector agrícola; (4) promover la inversión en infraestructuras sociales que permitan la erradicación del trabajo infantil, la promoción de género, el empoderamiento de las mujeres y el respeto a los derechos humanos. La implementación de estas estrategias depende de acciones coordinadas entre diferentes esferas de la sociedad, incluyendo el compromiso político y las asociaciones efectivas.

Palabras clave: Protección; Social; Seguridad; Vulnerabilidad; Intervención.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Moçambique (2012). Estagiou no Hospital Psiquiátrico São João de Deus de Nampula, no programa de reinserção social dos doentes recuperados de esquizofrenia. Trabalhou como professora na Escola Primária Completa de Carrupeia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, e atualmente trabalha como assistente social no Instituto Nacional de Ação Social - Delegação de Lichinga (Moçambique). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6070-5457>. E-mail: heliadoralucas88@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O estudo da proteção social e a redução da vulnerabilidade em Moçambique contribuem para uma reflexão abrangente sobre as estratégias necessárias para reduzir as desigualdades socioeconômicas no contexto global. Sendo um país em vias de desenvolvimento, ainda se depara com a maioria de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza (Moçambique, 2019). Essa situação tem despertado maior atenção na comunidade científica, à medida em que as questões relacionadas às desigualdades sociais não se confinam aos limites de um país, mas são questões transversais. Essa transversalidade relacionada às diferentes formas de desigualdades sociais também é observada em países cuja economia encontra-se em franco crescimento. Por isso, o estudo da proteção social desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e no fortalecimento da coesão social, criando uma sociedade mais equitativa e justa.

Segundo a ONU (2021), Moçambique possui mais de metade da população em cenário de vulnerabilidade; estima-se que o número supere os 70%. Mais de 22 milhões de pessoas vivem em situações de dificuldade, sendo que 63% delas vivem abaixo da linha de pobreza. Estes altos níveis de pobreza e vulnerabilidade, têm sido observados principalmente em áreas rurais e em indivíduos de baixa escolaridade (Salvucci; TARP, 2021)

Há quase 30 anos que Moçambique enfrenta medidas de austeridade regulamentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas medidas de austeridade, baseadas em políticas macroeconômicas, deveriam retirar Moçambique da pobreza e aprimorar seus sistemas de saúde e educação. Os resultados dessas políticas contribuíram para a classificação duradoura de Moçambique como um dos países mais pobres do mundo. Além dos resultados econômicos, Moçambique também possui sistemas de saúde e educação deficientes, apresentando uma das expectativas de vida mais baixas da África Subsaariana. É hora de reavaliar como as atuais políticas macroeconômicas do FMI afetam negativamente a saúde, a educação e o status socioeconômico daqueles que vivem em extrema pobreza. Considerando que as políticas macroeconômicas de curto prazo do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) têm se mostrado ineficazes na redução da pobreza, na promoção da educação e na melhoria da saúde, o (FMI) deve considerar a adoção de políticas macroeconômicas de longo prazo que invistam em serviços públicos, em vez de restringir setores como saúde e educação (Beste; Pfeiffer, 2016).

Segundo os dados do Banco mundial, Moçambique apresenta grandes níveis de desigualdades que tendem a reduzir o impacto do crescimento econômico. A falta de políticas de crescimento inclusivo tem afetado a expansão da prosperidade partilhada. Estima-se que mais de 2 milhões de moçambicanos teriam saído da pobreza se os ganhos econômicos dos anos 1997-2009 tivessem beneficiado de forma equitativa a toda a população do país (BANCO MUNDIAL, 2016)

As perspectivas econômicas em médio prazo são positivas, prevendo-se que o crescimento acelere para 6% entre 2023 e 2025, impulsionados pela recuperação contínua dos serviços, pelo aumento da produção de gás natural liquefeito (GNL) e pelos elevados preços das matérias-primas. No entanto, continuam a existir riscos de retrocesso. A recuperação global incerta, a guerra na Ucrânia, os baixos níveis de capital humano e a vulnerabilidade do país, os desastres climáticos correm o risco de limitar ainda mais as opções de Moçambique para diversificar suas fontes de crescimento (BANCO MUNDIAL, 2023).

A criação de políticas públicas inter-setoriais mais intervencionistas é necessária para reduzir o efeito das desigualdades socioeconômicas (Tumelero, 2018). No caso de Moçambique, essas políticas são realizadas por meio do estímulo ao investimento em áreas prioritárias, como agricultura, infraestrutura, turismo e indústria. Com essas políticas, o governo busca criar um maior número de empregos, estimular o empreendedorismo e impulsionar o desenvolvimento, principalmente nas regiões rurais onde o acesso aos serviços básicos é um desafio.

Entretanto, apesar dos esforços na criação de políticas que visam reduzir as desigualdades socioeconômicas, Moçambique ainda não definiu um modelo robusto para o fortalecimento de infraestruturas sociais. Por um lado, isso se deve à existência de recursos financeiros limitados para a implementação de políticas públicas, infraestruturas precárias, desvio dos poucos recursos existentes e a implementação isolada das políticas públicas.

Os aspectos relacionados à criação de políticas públicas buscam explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, sendo essenciais para o desenvolvimento de um modelo mais abrangente e eficaz na redução das desigualdades socioeconômicas (Souza, 2006).

Por essa razão a presente pesquisa pretende estabelecer uma relação entre proteção social, redução de vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas em Moçambique, buscando entender como políticas e programas podem contribuir para a diminuição dessas disparidades e promover um ambiente mais equitativo e inclusivo. A instrumentalidade da proteção social, bem como, seu arsenal técnico-operativo na redução da desigualdade socioeconômica em Moçambique também foi discutida nesta revisão.

PROTEÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL

A proteção social, política pública de forte calibre humano, apresenta uma característica intrínseca que a diferencia de outras políticas sociais. Seu campo de ação constitui a resposta a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores mais ou menos igualitários da sociedade para com seus cidadãos (Sposati, 2013).

A principal fonte de Proteção Social da população Moçambicana, Rural e urbana, alicerça-se numa economia prosumer, com uma racionalidade de manutenção e reprodução simples. Se bem que precária, à luz de critérios de padrão de vida médio internacional, acaba por ser a opção possível de proteção que sobra; sem dúvida mais efetiva do que os limitados mecanismos formais do Estado, em benefício de uma minoria. A ajuda externa é a fonte mais importante de proteção social (Francisco, 2017, p.255).

A palavra “economia do bazar” não existe, nem faz parte do léxico dos dicionários, sejam eles comuns ou especializados em termos econômicos. É uma palavra inventada especificamente para lidar com a natureza e características dos universos econômicos que constituem a atual economia nacional moçambicana (Alberto, 2009).

A economia do bazar tem sido reconhecida como um fator importante na redução da pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento, nos quais as atividades econômicas formais são limitadas (Wu; Si; Yan, 2022). As economias de bazar servem como a principal fonte de subsistência para indivíduos marginalizados e pobres, e seus ganhos têm um impacto significativo nos meios de subsistência das famílias, contribuindo de certa forma para a redução da pobreza e das desigualdades socioeconômicas (Sharma; Adhikari, 2020). O estudo da economia de bazar tem sido uma tradição de longa data na antropologia e possui o potencial de contribuir para a compreensão da dinâmica da pobreza, além de informar os debates políticos e a identificação das melhores práticas e medidas políticas para aprimorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na pobreza (Geertz, 1978; Williams, 2014).

O aumento da desigualdade é um movimento comum dentre os países desenvolvidos e predominantes entre os em desenvolvimento, afeta o desempenho da economia, aumenta os desafios políticos devido aos ressentimentos sociais e gera instabilidade política (Salvadori Dedecca, 2015). Avanços mais expressivos na redução da desigualdade social dependerão da capacidade de o país estabelecer uma dinâmica sustentada e distributiva do investimento (Salvadori Dedecca, 2015). Por exemplo, em Moçambique definiu-se uma Estratégia Nacional de Segurança Social Básica de 2016-2024 apresentando uma visão inovadora e alargada do papel da segurança social básica, destacando em particular, o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social do país, e ainda realça a contribuição significativa das transferências sociais para o alcance dos objetivos nacionais de redução da pobreza e da desigualdade social (Moçambique, 2016).

Entretanto, a persistência da desigualdade social em várias partes do mundo se deve à orientação da política governamental, caracterizada por taxas de juros altíssimas, sobrevalorização cambial, abertura (comercial e financeira) e privatização mal planejadas (Suplicy, 2000). Tanto a igualdade como a desigualdade são criadas e direcionadas por regras e normas, estas normas e regras que direcionam as ações podem ser concretas ou abstratas.

Na sociedade moderna temos muitas situações onde às normas e regras acabam direcionando suas posições em busca de defender o desenvolvimento do capital e dos interesses da classe que se encontra no

“poder”, perdem seu caráter de impessoalidade. As regras não são construídas de acordo com o interesse de todos e sim de grupos restritos, por isso, a dificuldade da aceitação por todos (Wlodarski, 2011, p.4).

VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas (Janczura, 2012). A vulnerabilidade social tem sido representada, enfim, como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores sociais – sejam eles indivíduos, grupos ou instituições – e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (Abramovay, 2002).

O mundo globalizado, com seus imensos avanços tecnológicos, trouxe como efeito inevitável e esperado, a desigualdade, a pobreza, a falta de perspectivas principalmente para os adolescentes advindos de contextos de vulnerabilidade social (Pereira, 2009).

O olhar para a integralidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade nada mais faz do que se alinhar à constatação de que estes sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens, possuem capacidades e se encontram em um estado de suscetibilidade a um risco devido à vivência em contextos de desigualdade e injustiça social. Assim, justiça e equidade na distribuição de riquezas, poder decisório e na estrutura de oportunidades são o horizonte para se romper com a ordem capitalista e buscar uma nova ordem societária, livre de discriminações e subalternizações (Do Carmo; Guizardi, 2018, p.9).

Para solucionar a questão da pobreza, prevalecem às reformas para e pela população a partir das comunidades locais. Fica claro que os problemas são pensados e concretizados localmente sem relação alguma com o que é global, ou seja, com a perspectiva de que a pobreza não é algo vinculado apenas à região, mas tem se estabelecido no mundo todo (Lara, 2016).

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE AOS RISCOS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE.

A Proteção Social é amplamente reconhecida como um conjunto efetivo de intervenções políticas para reduzir a pobreza, a vulnerabilidade a desigualdade e promover o crescimento econômico inclusivo. Na última década, o sistema de Proteção Social Básica de Moçambique consolidou-se com a Estratégia Nacional de Segurança Social 2010-2014. Todavia o setor ainda permanece fragmentado. A Segurança Social Básica é um direito humano e uma ferramenta poderosa no combate à pobreza, desempenhando um grande papel no desenvolvimento social e econômico de um país (UNICEF, 2011)

Atualmente em Moçambique as crianças e mulheres são as principais vítimas dos riscos sociais. É importante destacar que as crianças das zonas rurais enfrentam desafios diferentes dos seus pares das zonas urbanas ou periurbanas constituindo assim um grande desafio por parte do Governo para o pleno cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança por causa da diversidade de Moçambique.

Ainda prevalecem práticas que impedem o pleno gozo dos direitos da criança entre elas a violência, o tráfico, abusos, os casamentos prematuros e tabus ao nível da família e da comunidade (UNICEF, [s.d.]).

Nesse sentido, a potencialidade da assistência social em identificar e atuar em situações de vulnerabilidade e risco social que afetam crianças, adolescentes e suas famílias e promover o acesso a serviços essenciais e às demais políticas públicas setoriais, atendendo as demandas direcionadas em sua integralidade e incidindo na melhoria de sua qualidade de vida, se realiza com o engajamento consciente e o comprometido dos atores que compõem a rede de proteção através da intersetorialidade, corresponsabilidade e interdependência de suas ações (Stechi, 2013).

De acordo com o Decreto nº 47/2018, de 6 de Agosto, do Conselho de Ministros, os Programas de Assistência Social são os seguintes.

(1) Programa Subsídio Social Básico (PSSB): consiste na realização de transferências monetárias regulares mensais por tempo indeterminado, para reforçar o nível de consumo, autonomia e resiliência dos Agregados Familiares (AFs) que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade, bem como a melhoria da nutrição das crianças. (2) Programa Apoio Social Direto (PASD): consiste em transferências sociais pontuais ou prolongadas por tempo determinado, em forma de apoio multiforme para fazer face a choques e situações diversificadas de emergência que afetam indivíduos ou (AFs) em situação de pobreza e vulnerabilidade. (3) Programa de Atendimento em Unidades Sociais (PAUS): consiste em um conjunto de intervenções orientado

para o acolhimento permanente ou temporário a pessoas desamparadas, ou em risco no ambiente familiar ou comunitário. (4) Programa Ação Social Produtiva (PASP): consiste em transferências monetárias mediante a realização de atividades produtivas para (AFs) expostos à insegurança alimentar crônica, agravada pelos choques e riscos estruturais e impactos das mudanças ambientais e/ou choques econômicos. (5) Programa Serviços de Ação Social (PROSAS): consiste em um conjunto de intervenções junto às famílias e comunidades para promover o reforço da capacidade de proteção contra riscos sociais e de inclusão social das pessoas mais vulneráveis. Este Programa visa prevenir e responder aos riscos de violações de direitos sociais, incluindo, entre outros, a violência doméstica e sexual, uniões prematuras, abusos e abandono, isolamento e discriminação contra a criança, a mulher, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência (Moçambique, 2018).

Dessa forma, é necessário que haja uma plena implementação desses programas para reduzir a vulnerabilidade das pessoas e garantir o acesso aos serviços básicos para o seu crescimento, desde o acesso a saúde, educação, as instituições de estado e garantir os direitos humanos. Atualmente em Moçambique existem vários centros de acolhimento de crianças órfãs, idosos, e ainda há um elevado número de crianças chefes de família. A proteção social desses grupos passa necessariamente por fazer com que estes tenham acesso aos serviços básicos que permitam o seu empoderamento e autonomia financeira. A família é apontada como elemento-chave não apenas para a “sobrevivência” dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações (Carvalho; Almeida, 2003).

A desigualdade social, chamada de muitas vezes de desigualdade econômica, é um problema social presente em todos os países do mundo, decorrente da má distribuição de renda, e, pela falta de investimento na área social (Arretche, 2018). Essa situação tem causado situações de desigualdades extremas onde os mais ricos têm mais recursos enquanto os outros lutam para a sua sobrevivência (Davitt; Baik, 2019).

Em Moçambique, 48% das crianças vivem na pobreza, tornando-as vulneráveis. Algumas perdem a proteção dos pais devido à pobreza, emergências, violência doméstica, ruptura familiar, práticas prejudiciais/tradições e falta de habilidades familiares (Ayisi, 2017).

É necessário que os programas de proteção social das crianças sejam implementados com maior abrangência, na medida em que as crianças são as principais vítimas das desigualdades sociais. Numa sociedade em que a pobreza é muito elevada as consequências desses problemas muitas vezes recaem para as crianças, mulheres e idosos. Razão pela qual é notório em Moçambique um crescimento de trabalho infantil. Nas sociedades onde o trabalho infantil é considerado como normal, existe uma imagem simplista e ingênua de crianças a trabalhar e não há referência a tipologias que descrevam os vários tipos de atividades que desenvolvem muitas vezes realizadas em circunstâncias adversas e condenáveis por não respeitarem a condição da criança enquanto ser humano em desenvolvimento (Manhice, 2016).

As principais causas do envolvimento de crianças e adolescentes na prática das piores formas de trabalho infantil são econômicas, socioculturais, baixo nível de escolaridade da população, burocrático-legais, políticas e as calamidades naturais (seca e cheia). Também foi constatado que a prostituição infantil, mineração do tipo garimpo, o transporte de carga pesada e o comércio informal eram as principais manifestações das Piores Formas do Trabalho Infantil no país e que as províncias com maior incidência eram Tete, Manica, Província de Maputo e a Cidade de Maputo. Importa referir que 44% das crianças e adolescentes consideraram o comércio informal como áreas de foco de concentração de trabalho infantil e que 14% trabalhavam para ajudar na renda das famílias (Moçambique, 2017)

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

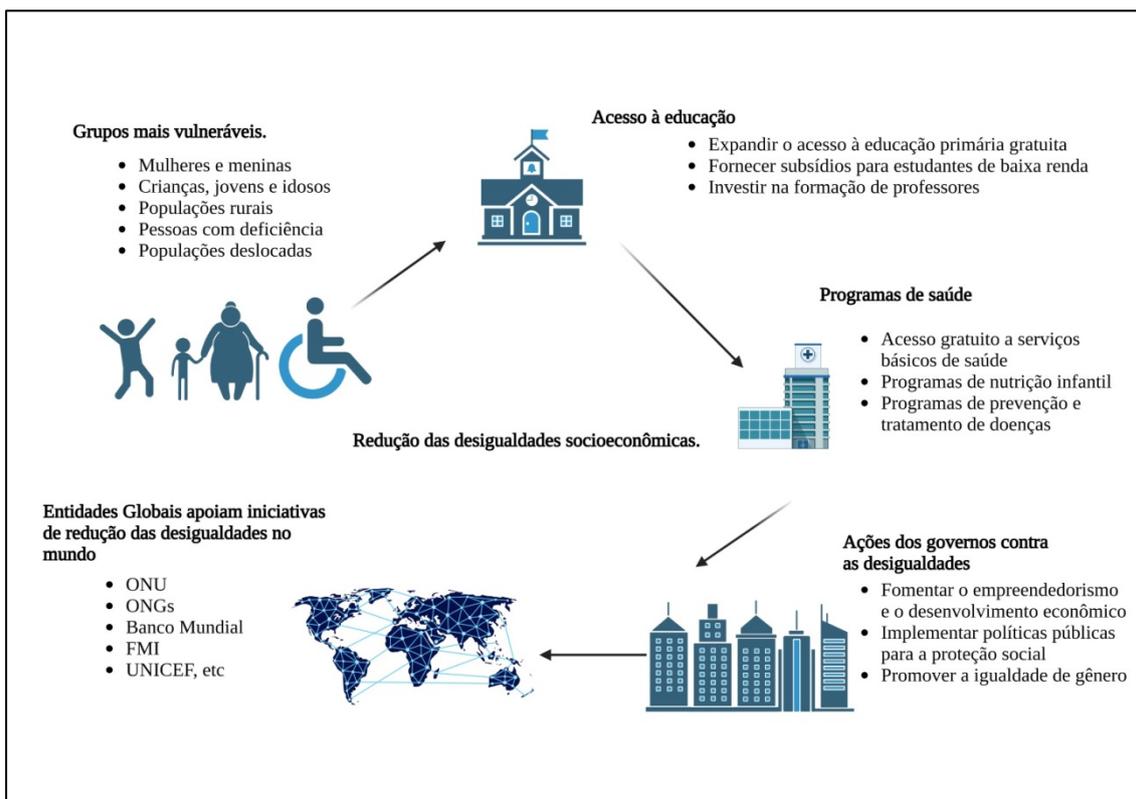
A Figura 1 apresenta um panorama geral das estratégias para a redução das desigualdades não só em Moçambique, mas também no mundo. Os sistemas de proteção social combinam vários mecanismos que visam fornecer recursos, bens e/ou serviços para certos segmentos da população, cuja sobrevivência depende desses recursos (Elizabeth et al., 2022). Várias instituições têm-se destacado na redução de desigualdades sociais no mundo, em particular em Moçambique, das quais há que destacar a UNICEF, Banco Mundial e FMI. Essas instituições têm contribuído muito no ajuste estrutural no contexto da reorientação do papel do Estado nas políticas econômicas nacionais (Manhique; Zimbico, 2021). Os apoios devem garantir que crianças, jovens, mulheres e outros grupos sociais mais vulneráveis à desigualdade possam ter serviços básicos

necessários, tais como acesso à educação, acesso gratuito aos serviços básicos de saúde, implementação de políticas públicas para a proteção social, igualdade de gênero (Maria; Carvalho, 2019).

Em Moçambique, existem instituições que visam proteger os grupos mais vulneráveis, e a que mais se destaca é o Instituto Nacional de Ação Social (INAS). Esta instituição presta apoio às crianças órfãs e vulneráveis, vivendo sozinhas ou com idosos em situação de vulnerabilidade e sem força para o trabalho. Esses apoios estão relacionados com uma cesta básica alimentar e material escolar (Reis; Romanelli; Serra, 2022). Esses grupos recebem o apoio social do INAS e das organizações internacionais de apoio aos mais vulneráveis mediante um comprovante de residência. Este comprovante permite que o assistente social possa efetuar uma visita aos beneficiários para observar suas condições sociais e econômicas. Na parte da saúde, os assistentes sociais trabalham em colaboração com os técnicos de ação social hospitalares, que facilitam a inserção dos beneficiários à saúde, de modo a terem um atendimento saudável (Carvalho, 2020).

O INAS fornece suplementos alimentares para promover o programa de nutrição infantil. Entretanto, apesar disso, ainda há desafios muito grandes na sociedade moçambicana para a redução das desigualdades. Nesse sentido, é necessário adotar políticas públicas que tornem os apoios aos grupos mais ativos, tais como jovens e adolescentes, mais sustentáveis. Essas políticas devem proporcionar a estes grupos os meios necessários para promover o autoemprego, criando pequenas e médias empresas (Matapa; Maloa, 2023). Além disso, há necessidade do governo criar vários postos de trabalho, facilitar o acesso dos idosos aos serviços de saúde, transporte e mudança na estrutura das instituições para permitir maior locomoção para os deficientes físicos, o que contribuirá de certa maneira para a redução das desigualdades socioeconômicas (Quadra; Schäfer; Meller, 2023).

Figura 1: Estratégias de redução às desigualdades socioeconômicos em Moçambique



Fonte: De autoria própria.

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO EQUITATIVO DE SERVIÇOS BÁSICOS E O SEU IMPACTO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O acesso aos serviços básicos pela população de forma equitativa é um dos grandes desafios da redução das desigualdades socioeconômicas, pois tem se notado uma grande divergência entre as condições de infraestrutura, por exemplo, entre as regiões urbanas em comparação com as rurais. O acesso aos serviços básicos entre esses dois grupos é diferente. Isso ocorre, por um lado, devido à falta de recursos financeiros, o que faz com que muitas pessoas não tenham acesso aos serviços importantes relacionados à saúde e educação. Portanto, a implementação de investimentos na rede pública é necessária, e a intervenção das instituições de poder ajuda a identificar as barreiras econômicas, sociais e físicas para permitir uma maior equidade nos serviços básicos importantes (Tavares; Oliveira; Ferreira, 2020). É por isso que as economias dos países mais desenvolvidos desempenham um grande papel na criação de políticas e transições socioeconômicas, bem como mudanças de ideologias que contribuem para reduzir a desigualdade e garantir o bem-estar (Millward-Hopkins; Oswald, 2023). E isso passa necessariamente em fornecer a todos os indivíduos das sociedades mais acesso aos bens e serviços essenciais (Ashford et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários aspectos foram estudados e identificados na literatura científica para examinar a relação entre proteção social, redução da vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas em Moçambique, buscando compreender como políticas e programas sociais contribuem para diminuir essas disparidades e promover um ambiente mais equitativo e inclusivo. Destaca-se que, para a redução das desigualdades sociais, há necessidade de criar novas políticas públicas abrangentes que fortaleçam as infraestruturas sociais, promovam o emprego e a redução do trabalho infantil, além de garantir os direitos humanos dos mais pobres. Esses esforços devem envolver a sociedade civil e assistentes sociais na divulgação e identificação dos grupos mais vulneráveis.

Além disso, Moçambique deve adotar uma estratégia de combate à desigualdade, baseada na criação de políticas públicas que promovam o acesso à educação de qualidade, na expansão de programas de assistência social para famílias em situação de pobreza e na garantia de condições adequadas de vida para as comunidades por meio de programas de desenvolvimento que estimulem a participação da sociedade civil e da comunidade na tomada de decisões. A promoção da igualdade de gênero também contribui para uma sociedade equitativa e justa.

O esforço conjunto entre o governo, às entidades internacionais e os parceiros desempenha um papel relevante na redução das disparidades relacionadas às desigualdades socioeconômicas no mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. Desafios para Políticas Públicas**, Brasília. UNESCO. [S. l.], p. 192, 2002.
- ALBERTO, António. **Bazarconomia Da Protecção Social Em Moçambique Na Primeira Década Do Século Xxi : Venenos do passado , remédios do presente , futuro enfeitado**. In. **II Conferência IESE “ Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique ”**. Maputo, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/comunicacoes-da-ii-conferencia-do-iese-dinamicas-da-pobreza-e-padroes-de-acumulacao-economica-em-mocambique/>. Acesso em: 22 de Agosto 2023.
- ANDRADE, Sofia. **Comissão De Protecção De Crianças E Jovens**. .Psicologia.pt [S. l.], p. 1–64, 2010.
- ARRETICHE, Marta. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S. l.], v. 33, n. 96, 2018. DOI: 10.17666/339613/2018.
- ASHFORD, Nicholas A.; HALL, Ralph P.; ARANGO-QUIROGA, Johan; METAXAS, Kyriakos A.; SHOWALTER, Amy L. Addressing inequality: **The first step beyond COVID-19 and towards sustainability**. Sustainability (Switzerland), [S. l.], v. 12, n. 13, p. 1–37, 2020. DOI: 10.3390/su12135404.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique: Relatório Analisa Pobreza e Suas Causas e Avança Recomendações. 2016.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/12/21/mozambique-report-discusses-poverty-trends-and-recommends-way-forward>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique: Aspectos Gerais.** 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BESTE, Jason; PFEIFFER, James. **Mozambique's Debt and the International Monetary Fund's Influence on Poverty, Education, and Health.** <https://doi.org/10.1177/0020731416637062>, [S. l.], v. 46, n. 2, p. 366–381, 2016. DOI: 10.1177/0020731416637062. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020731416637062>. Acesso em: 21 ago. 2023.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira De; ALMEIDA, Paulo Henrique De. **Família e proteção social.** São Paulo em Perspectiva, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 109–122, 2003. DOI: 10.1590/s0102-88392003000200012.

CARVALHO, Maria Irene. **O Serviço Social na saúde em Portugal e os desafios da Covid-19.** Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, [S. l.], v. 8, p. 1086, 2020. DOI: 10.18554/refacs.v8i0.5028.

DAVITT, Joan; BAIK, Sol. **Reducing extreme economic inequality. Gerontological Social Work and the Grand Challenges: Focusing on Policy and Practice,** [S. l.], p. 141–155, 2019. DOI: 10.1007/978-3-030-26334-8_10/COVER. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-26334-8_10. Acesso em: 23 ago. 2023.

DO CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Cadernos de Saude Publica, [S. l.], v. 34, n. 3, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00101417.

ELIZABETH, Angela; ASSIS, Ferreira De; FARIAS, Liduina. **Mecanismos De Proteção Social Na Memória Coletiva De Mulheres Idosas.** Revista de Políticas Públicas. [S. l.], p. 801–820, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v26n2p801-820>.

FRANCISCO, António. **Proteção Social No Contexto Da Bazarconomia De Moçambique.** [S. l.], n. September, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320290722_IDeIAS_No15_Proteccao_social_no_contexto_da_bazarconomia_de_Mocambique. Acesso em: 23 de Agosto 2023.

GEERTZ, Clifford. **The bazaar economy: Information and search in peasant marketing.** *American Economic Review*, [S. l.], v. 68, n. 2, p. 28–32, 1978. DOI: 10.4324/9780429494338-8/BAZAAR-ECONOMY-INFORMATION-SEARCH-PEASANT-MARKETING-CLIFFORD-GEERTZ. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429494338-8/bazaar-economy-information-search-peasant-marketing-clifford-geertz>. Acesso em: 21 ago. 2023.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social? = Social vulnerability or risk? Educação,** [S. l.], v. 11, n. 2, p. 301–308, 2012.

LARA, Angela Mara Barros; **Políticas de redução da desigualdade sociocultural.** [S. l.], p. 140–153, [s.d.]. Educ. Form., [S.l.], v.1, n.3, p.140–153, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i3.1621.

MANHIQUE, Crescêncio Ernesto; ZIMBICO, Octávio José. **A contribuição do Banco Mundial na efetivação da parceria público-privada no sistema Educativo Moçambicano**. Sala 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. DOI: 10.29327/235555.1.1-2.

MANHICE, Antonieta da Conceição. **Percepção das crianças envolvidas no garimpo na Província de Manica**. Orientador: Maria Filomena Madeira Amador. 2016. [S. l.], p. 426, 2016. Tese (Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento). Universidade Aberta. Portugal, 2016.

MARIA, Helena; CARVALHO, Silva. **Desigualdades sociais e grupos sociais vulneráveis. sociedade, políticas e estratégias de sobrevivência em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto**. [S. l.], p. 1–299, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/65061>.

MATAPA, Paulo Gervásio; MALOA, Joaquim Miranda. **A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018)**. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA) [S. l.], v. 3, p. 328–349, 2023.

MILLWARD-HOPKINS, Joel; OSWALD, Yannick. **Reducing global inequality to secure human wellbeing and climate safety: a modelling study**. The Lancet Planetary Health, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e147–e154, 2023. DOI: 10.1016/S2542-5196(23)00004-9. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2542-5196\(23\)00004-9](http://dx.doi.org/10.1016/S2542-5196(23)00004-9).

MOÇAMBIQUE. Conselho De Ministros. **Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil Em Moçambique**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/106421/130734/F2024838475/MOZ106421.pdf>. Acesso em 23 de agosto 2023.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024**. Maputo. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/sites/unicef.org.mozambique/files/2019-04/Estrategia-Nacional-de-Seguranca-Basica.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto 2023.

MOÇAMBIQUE. **Instituto Nacional de Ação Social (INAS). Projecto de Proteção Social**. Maputo. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://mgcas.gov.mz/index.php/component/edocman/legislacao/accao-social/projecto-de-proteccao-social-quadro-de-gestao-ambiental-e-social>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

MOÇAMBIQUE. Decreto 47/2018 de 6 de Agosto. **Concernente à revisão dos Programas de Segurança Social Básica, criados pelo Decreto n.º 52/2011, de 12 de Outubro e revoga o Decreto n.º 52/2011, de 12 de Outubro**. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/mz/2018/mz-government-gazette-series-i-dated-2018-08-06-no-153.pdf>. Acesso em 23 de Agosto 2023.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. **Redes sociais de adolescentes no contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. Orientador: Maria Fátima Olivier Sudbrack. 2009. [S. l.], p. 321, 2009. Tese (Doutoramento em Psicologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

QUADRA, Micaela Rabelo; SHÄFER, Antônio Augusto; MELLER, Fernanda de Oliveira. **Inequalities in the use of health services in a municipality in Southern Brazil in 2019: a cross-sectional study**. **Epidemiologia e serviços de saúde** : revista do Sistema Unico de Saude do Brasil, [S. l.], v. 32, n. 1, p. e2022437, 2023. DOI: 10.1590/S2237-96222023000100025.

REIS, Lígia Cardoso Dos; ROMANELLI, Kátia Iared Sebastião; SERRA, Giovanna Luisi. **Promoção ao Aleitamento Materno nos Centros de Educação Infantil do município de São Paulo**. *Saúde em Debate*, [S. l.], v. 46, n. spe5, p. 297–309, 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022e524.

SALVADORI DEDECCA, Claudio. **A Redução Da Desigualdade E Seus Desafios** Claudio Salvadori Dedecca. Ipea, [S. l.], p. 51, 2015.

SALVUCCI, Vincenzo; TARP, Finn. **Poverty and vulnerability in Mozambique: An analysis of dynamics and correlates in light of the Covid-19 crisis using synthetic panels**. *Review of Development Economics*, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 1895–1918, 2021. DOI: 10.1111/RODE.12835. Disponível em: <https://typeset.io/papers/poverty-and-vulnerability-in-mozambique-an-analysis-of-3z9xu7s22y>. Acesso em: 21 Ago. 2023.

SHARMA, Bishnu Prasad; ADHIKARI, Dipak Bahadur. **Informal Economy and Poverty Dynamics: A Review**. *Quest Journal of Management and Social Sciences*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 130–140, 2020. DOI: 10.3126/QJMSS.V2I1.29028. Disponível em: <https://www.nepjol.info/index.php/qjmss/article/view/29028>. Acesso em: 21 Ago. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, [S. l.], n. 16, p. 20–45, 2006. DOI: 10.1590/s1517-45222006000200003.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. *Serviço Social & Sociedade*, [S. l.], n. 116, p. 652–674, 2013. DOI: 10.1590/s0101-66282013000400005.

STECHEI, Tatiana De Oliveira. **O Programa Bolsa Família a partir do território : o trabalho social com as famílias beneficiárias** Abstract : [S. l.], p. 167–192, [s.d.]. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p167.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da equidade**. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 23–41, 2000. DOI: 10.1590/s0103-40142000000300004.

TAVARES, Darlene Mara Dos Santos; OLIVEIRA, Nayara Gomes Nunes; FERREIRA, Pollyana Cristina dos Santos. **Social support and health conditions of Brazilian elderly in the community**. *Ciencia y Enfermeria*, [S. l.], v. 26, p. 1–12, 2020. DOI: 10.29393/ce26-2asdm30002.

TUMELERO, Silvana Marta. **Intersetorialidade nas políticas públicas**. *Guaju*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 209, 2018. DOI: 10.5380/guaju.v4i2.62201.

UNICEF. Mozambique. **Casamento prematuro em Moçambique** |. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/casamento-prematuro-em-moçambique>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UNICEF. Mozambique. **Segurança Social Básica-Alcançando os Mais Vulneráveis**. 2011. Disponível em: <moz-extension://6b83cb33-928b-4359-90a6-ad6ce1101107/enhanced-reader.html?openApp&pdf=https%3A%2F%2Fwww.socialprotection.org%2Fgimi%2Fgess%2FRessourcePDF.action%3Fid%3D26304>. Acesso em: 23 ago. 2023.

WILLIAMS, Colin. **The Informal Economy and Poverty: Evidence and Policy Review**. ERN: Informal Economy; Underground Economy (Topic), [S. l.], 2014.

WLODARSKI, Regiane. **Desigualdade Social E Pobreza Como Consequências Do Desenvolvimento Da Sociedade**. In. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto 2023.

WU, Jie; SI, Steven; YAN, Haifeng. **Reducing poverty through the shared economy: creating inclusive entrepreneurship around institutional voids in China**. *Asian Business and Management*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 155–183, 2022. DOI: 10.1057/S41291-020-00113-3/METRICS. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41291-020-00113-3>. Acesso em: 21 ago. 2023.